

OPINIÃO

ROBERTO LIVIANU

Trocamos a verdade pelas narrativas

Relato fiel virou subterfúgio ou reinterpretação para construir nova versão

7.set.2021 às 20h01

Atualizado: 7.set.2021 às 20h35

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/09/08/>)

Roberto Livianu

Procurador de Justiça e doutor em direito pela USP, é idealizador e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção

É comum a ascensão meteórica de figuras políticas que viram prefeitos e, antes do final do mandato, já se candidatam a governador

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/doria-renuncia-ao-cargo-e-bruno-covas-e-o-novo-prefeito-de-sao-paulo.shtml>). Outros são entronados nas Câmaras de Vereadores e não pensam duas vezes antes de aceitar assumir cargos mais poderosos, pouco importando o compromisso estabelecido com os eleitores para a representação legislativa municipal.

Se na campanha houver interpelação sobre o compromisso de cumprir todo o mandato, não hesitam em dizer que sim, até mesmo assinando documentos. Mas, se necessário, comportam-se como se não o tivessem, chamando-os não poucas vezes de insignificantes papeizinhos (<https://m.folha.uol.com.br/poder/2012/03/1064386-serra-afirma-que-promessa-quebrada-era-um-papelzinho.shtml>).



O procurador de Justiça Roberto Livianu, idealizador e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção - Eduardo Anizelli - 19.mar.18/Folhapress

Estamos em meio a uma CPI no Senado que investiga a postura do Executivo na gestão da crise da pandemia (<https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/cpi-da-covid/>).

Recentemente prestou depoimento o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR) (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/na-cpi-ricardo-barros-erra-sobre-caso-covaxin-e-compra-de-medicamentos-para-doencas-raras-veja-quecagem.shtml>), destaque na aprovação do projeto que esmaga a Lei de Improbidade Administrativa, defensor do nepotismo.

Menciono-o especificamente porque chama a atenção em sua fala a quantidade espantosa de vezes em que utilizou o termo “narrativa”. Isso demonstra a naturalização das versões e a raridade da verdade pura

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/bolsonaristas-invertem-narrativa-e-tentam-dar-verniz-democratico-a-ato-com-raiz-golpista-no-dia-7.shtml>), onde é difícil chegar. O termo é usado para nos referirmos a algo artificial ou inverdadeiro, criado sobre fatos.

Mas o nosso ordenamento jurídico contribui para esse estado de coisas, pois acusados de crimes que mentem em juízo não são punidos. Considera-se que

agiram em autodefesa. Nos EUA, arcam com a pena do crime de perjúrio. Ou seja, o Ministério Público precisa sempre ficar atento para entender qual parte é verdade e qual é mentira.

A mesma lógica do descompromisso com a verdade se nota em relação aos discursos de campanhas políticas. Após a eleição, as coisas mudam de figura, e não existem instrumentos jurídicos que gerem consequências para o político mentiroso que prometeu em campanha e agiu de forma diferente. A única reação possível é a não reeleição, desde que a conscientização cidadã se dê conta disso.

Isso é tão significativo que, em seu último informe anual, o Latinobarómetro, analisando indicadores sociais, políticos e econômicos de 18 países da América Latina, colocou o Brasil em último lugar em matéria de confiança interpessoal, no baixíssimo percentual de 4%. Como não dizemos a verdade, essa questão, infeliz e obviamente, danifica nossos níveis de confiança interpessoal.

Guy (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/11/mais!/27.html>) Debord

(<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/12/11/mais!/27.html>), em “A Sociedade do Espetáculo”, sobre o fato de a mentira não mais ser contestada, detecta o desaparecimento da opinião pública, que tinha ficado incapaz de se fazer ouvir —e nem mesmo se forma, com graves consequências para a política, as ciências aplicadas, a Justiça e o conhecimento artístico.

Em poucos dias, o Pacto dos Governos Abertos completará dez anos, tendo o Brasil como um dos fundadores. Mas, em vez de sermos referência mundial em matéria de transparência, temos mostrado ao mundo o vergonhoso apagão dos dados da pandemia e o orçamento secreto.

Roberto Jefferson ameaçou autoridades ([https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/prisao-de-](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/prisao-de-roberto-jefferson-aliado-de-bolsonaro-e-obstaculo-para-atenuar-crise-entre-poderes.shtml)

[roberto-jefferson-aliado-de-bolsonaro-e-obstaculo-para-atenuar-crise-entre-poderes.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/prisao-de-roberto-jefferson-aliado-de-bolsonaro-e-obstaculo-para-atenuar-crise-entre-poderes.shtml)) e o próprio exercício do Poder Judiciário de forma ostensiva, gravou vídeos empunhando armas de fogo e repetidamente se posicionou de forma acintosa contra os valores democráticos. Isso jamais poderá ser relacionado ao direito à liberdade de expressão. Como não caberia se qualquer pessoa viesse a público de forma semelhante, pregando ódio, como ele faz, incitando ataques a políticos, negros, mulheres, promotores, índios ou judeus.

Óbvio que, mesmo que fosse aprovada a emenda do voto impresso

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/entenda-em-13-pontos-o-que-esta-em-debate-sobre-as-urnas-eletronicas-e-o-voto-impresso.shtml>), não haveria como concretizar esse modelo já no pleito de 2022,

ante a necessidade de aquisição de equipamentos, treinamentos e modificação logística nas eleições de um país continental como o nosso. E o presidente sabe disso, mas bate na tecla que, sem voto impresso, a eleição não é válida

(<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/bolsonaro-afrenta-a-camara-e-as-vesperas-de-atos-de-rua-cobra-voto-impresso-em-2022.shtml>). Ele obteve, porém, seus mandatos sequenciais de deputado federal

no sistema atual, sem voto impresso e sem questionar a validade das regras

quando eleito, quando já encontrou Alexandre de Moraes ministro do Supremo

Tribunal (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/na-paulista-bolsonaro-repete-ameacas-golpistas-ao-stf-e-diz-que-canalhas-nunca-irao-prende-lo.shtml>)

Federal (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/na-paulista-bolsonaro-repete-ameacas-golpistas-ao-stf-e-diz-que-canalhas-nunca-irao-prende-lo.shtml>) e a cujas decisões prometeu

cumprir ao tomar posse.

Narrativa, originalmente, é relato ou história narrada por alguém de forma fiel. Mas tem se transformado em verdade paralela, subterfúgio ou reinterpretação para construir uma nova versão: trocamos a verdade pelas narrativas.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play ([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!